



ACÓRDÃO Nº 336/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11284/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB
- 4- **Advogados:** não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsável:** Sra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 432/2018 – MPC –EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 539/544).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Exercício de 2016.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB, de responsabilidade da **Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, responsável pela, no exercício de 2016, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.2- **Aplicar Multa à Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, face às restrições não sanadas 11.1, 11.2, 11.3 e 24.1, e fundamentos descritos no Relatório/Voto e fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei Orgânica nº 2423/1996. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Determinar** à Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB que:
 - 10.3.1- mantenha um controle mais detalhado que como são utilizados os recursos do FUNDEB melhorando assim a transparência na utilização dos recursos, tanto nas despesas de pessoal quanto nas despesas de custeio;
 - 10.3.2- Providencie mediadas necessárias para acompanhamento dos dados inseridos no portal da transparência evitando assim divergências de informações, e consequentemente facilitando uma melhor análise e compreensão dos dados



ACÓRDÃO Nº 336/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

disponíveis pela sociedade;

10.3.3- O atendimento das normas legais de elaboração e registro dos demonstrativos contábeis obrigatórios, conforme Lei nº 4.320/1964 e Manuais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral